



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA**

NATHÁLIA SILVA SODRÉ

**FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL,
CAMPUS CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE FEIRANTES, PRODUTOS E
CERTIFICAÇÃO**

**CHAPECÓ
2021**

NATHÁLIA SILVA SODRÉ

**FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL,
CAMPUS CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE FEIRANTES, PRODUTOS E
CERTIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de
graduação como requisito para obtenção
de grau de Bacharel em Agronomia da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Inês Claudete Burg

**CHAPECÓ
2021**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Sodré, Nathália Silva

FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL, CAMPUS CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
FEIRANTES, PRODUTOS E CERTIFICAÇÃO / Nathália Silva
Sodré. -- 2021.

42 f.:il.

Orientadora: Doutora Inês Claudete Burg

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Agronomia, Chapecó, SC, 2021.

1. Agricultura familiar. 2. Caracterização
socioeconômica. 3. Certificação. I. Burg, Inês Claudete,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

NATHÁLIA SILVA SODRÉ

**FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL, CAMPUS CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE FEIRANTES,
PRODUTOS E CERTIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de
graduação como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em
Agronomia da Universidade Federal
da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado em 28/09/2021.

BANCA EXAMINADORA

Ines Claudete Burg

Professora Dr^a Ines Claudete Burg - UFFS
Orientadora

Dr^a Ines Claudete Burg

Professora Dr^a Valdete Boni - UFFS
Avaliadora

Dr^a Ines Claudete Burg

Professor Dr^o André Luiz Radnuz - UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer. Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos. Em especial a minha orientadora Inês, pelo suporte, pelas suas correções e incentivos.

RESUMO

A feira de agroecologia e economia solidária da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), é parte do programa Agroecologia e Economia Solidária: Espaço de empoderamento social e educativo (PAEPS), e teve início no ano de 2019. O objetivo deste trabalho foi caracterizar o perfil dos/as agricultores/as que participam da feira agroecológica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizar o levantamento dos produtos disponíveis para comercialização e as dificuldades no processo de certificação. A pesquisa teve caráter exploratório, descritivo e qualitativo, com delimitação do público-alvo os agricultores feirantes filiados na COOPERGATAMBU. A coleta de dados deu-se com a aplicação de questionário junto a 12 agricultores/as por meio da ferramenta *Google formulários* e por ligação telefônica. O questionário abrangeu questões referentes a aspectos socioeconômicos dos entrevistados, comercialização e certificação. Os dados obtidos, mostram que os/as feirantes possuem baixa escolaridade e faixa etária avançada. A feira representa uma atividade importante para a renda das famílias com comercialização verduras, frutas, mandioca, batata-doce, amendoim, cereais, panificados, geleias, queijos, mel, melado e caldo-de-cana. Poucas famílias possuem certificação e os principais desafios envolvem a burocracia e custo para obtenção dos certificados, dificuldade de manejo de pragas e doenças e falta de apoio e políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; caracterização socioeconômica; certificação.

ABSTRACT

The agroecology and solar economy fair at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) is part of the Agroecology and Solidarity Economy: Space for Social and Educational Empowerment (PAEPS) program, and at the beginning of 2019. The objective of this work was to characterize the profile of two farmers participating in the Agroecological Fair of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), carry out a survey of two products available for commercialization and the difficulties not in the certification process. The research has an exploratory, descriptive and qualitative character, with delimitation of the target audience of farmers affiliated to COOPERGAMBU. Queuing of data due to the application of a questionnaire with 12 producers through Google tools forms and through a telephone link. The questionnaire covers questions related to socioeconomic aspects of two interviewees, marketing and certification. The data obtained show that you have low education and advanced age. The fair represents an important activity for families with the sale of vegetables, fruits, cassava, sweet potatoes, peanuts, cereals, bakery, jams, cheeses, honey, molasses and sugarcane juice. Few families have certification and the main challenges involve bureaucracy and custody to obtain two certificates, difficulties in managing pests and schools, and lack of support and public policies.

Key-words: Family farming; socioeconomic characterization; certification

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Escolaridade dos feirantes associados a COOPERGUATAMBU

22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária e sexo dos feirantes associados da COOPERGUATAMBU 23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
PAEPS	Programa Agroecologia e Economia Solidária
COOPERGUATAMBU	Cooperativa de Produção Artesanal de Guatambu
AAMQ	Associação de Apicultores e Meliponicultores de Quilombo
EPS	Economia Popular Solidária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR	15
3.2 PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA	15
3.3 PROGRAMA AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESPAÇO DE EMPODERAMENTO SOCIAL E EDUCATIVO - PAEPS	19
3.4 FEIRAS LIVRES E A RELAÇÃO COM A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	19
4. MATERIAIS E MÉTODOS	21
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ASSOCIADOS	23
5.2 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	26
5.3 CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	33
ANEXO I – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ	33
ANEXO II – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ	33
ANEXO III – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ	34
ANEXO IV – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ	34
ANEXO V – PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ	35
ANEXO VI - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FEIRANTES ASSOCIADOS A COOP ERGUATAMBU	36

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as feiras tiveram seu espaço reduzido pelo crescimento de outros canais de comercialização, como os supermercados, observa-se hoje que, as feiras desempenham um papel fundamental na consolidação econômica e social da agricultura familiar, sob a perspectiva do feirante, e socioeconômico cultural, sob a perspectiva do consumidor (GODOY e ANJOS, 2007).

As feiras surgem das necessidades de consumo de uma comunidade local, diferentemente daquela produção das grandes culturas do agronegócio em grande escala, com grande aplicação de recursos principalmente financeiros (RIBEIRO, 2007).

Algumas peculiaridades fazem das feiras um ambiente de comercialização singular, que atrai milhares de consumidores até os dias de hoje. Dentre elas, a oferta de produtos diferenciados (produzidos de maneira quase artesanal e em pequena escala) e as relações de amizade e confiança estabelecidas entre vendedores e compradores ao longo do tradicional ato de “fazer a feira” (GODOY e ANJOS, 2007).

As feiras livres têm uma importante função social, dentre as quais cabe destacar o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que pode proporcionar a colocação regular da produção vegetal e animal, bem como a agregação de valor aos produtos devido ao encurtamento da cadeia comercial (RIBEIRO et al., 2003; SILVA et al., 2015).

Para reduzir a dependência dos agricultores familiares frente ao atual mercado, as vendas diretas aos consumidores têm se ampliado, as feiras livres se propõem a romper com o sistema mercadológico excludente, imposto pela globalização, que inibe o desenvolvimento da economia local (GODOY; SACCO DOS ANJOS, 2002; GODOY, et al. 2005).

De acordo com SACCO et al. (2005), as feiras livres podem ser entendidas como sistemas locais de comercialização, detentores de uma dinâmica peculiar de funcionamento, as quais cumprem papéis importantes no abastecimento urbano e na manutenção de um espaço à viabilização da agricultura familiar.

Dessa forma, são um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, indo muito além disso: é também espaço de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política. Nas feiras há

movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito peculiar, que se misturam com a paisagem local (PEREIRA, BRITO e PEREIRA, 2017).

A importância da feira também se dá na oportunidade de abastecimento de produtos de características locais, além de baratos e saudáveis, garantindo a soberania e a segurança alimentar, pois o consumidor sabe onde e como os alimentos foram produzidos e a segurança é garantida no valor acessível, na diversidade e no uso quase que nulo de agrotóxicos, o que serve como um impulsionador da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

Apesar de competirem com o comércio varejista, formado por mercados e supermercados, as feiras persistem e resistem, o que indica que além dos aspectos econômicos, elas trazem consigo aspectos de outras naturezas, como a social e a cultural regional (PEREIRA, BRITO e PEREIRA, 2017).

A oferta de produtos diferenciados e orgânicos se dá pela produção, seguindo os princípios da agroecologia (CAPORALE COSTABEBER, 2004), baseando-se em práticas de manejo alternativas oriundo de conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares promovendo preservação do meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável (BARBOSA e LAGES, 2006).

Conforme o MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a certificação de produtos orgânicos foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e é regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Essas normas estabelecem diretrizes de produção, tipificação, processamento, envasamento, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal (CÉSAR, BATALHA e PIMENTA, 2008).

A certificação garante ao comprador que está consumindo um produto de qualidade e que é produzido em processos ecológicos que não agredem ou com o mínimo de impactos ao meio ambiente, e permite que produtor possa agregar valor ao seu produto devido ao seu cultivo diferenciado. O presente trabalho trata do perfil dos/as agricultores/as que participam da feira de agroecologia e economia solidária da Universidade Federal da Fronteira Sul que teve início em fevereiro de 2019, destinada às comunidades acadêmica e regional, uma vez que é uma atividade recente e não foi objeto de estudo de nenhuma pesquisa.

A feira é parte do programa Agroecologia e Economia Solidária: Espaço de empoderamento social e educativo (PAEPS), no espaço da feira são disponibilizados

gêneros alimentícios e produtos de comunicação, que estão divididos em categorias: gêneros alimentícios com certificação orgânica e gêneros alimentícios diversos e a categoria de comunicação que tem por tema a educação popular, agroecologia, arte e cultura popular.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Caracterizar o perfil dos/as agricultores/as que participam da feira agroecológica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizar o levantamento dos produtos disponíveis para comercialização e as dificuldades no processo de certificação

2.2 Objetivos específicos

- Levantar o perfil socioeconômico dos/as agricultores/as;
- Realizar o levantamento dos produtos atualmente disponíveis para comercialização;
- Identificar a importância da feira para a renda dos/as agricultores/as;
- Identificar se os produtores/as possuem certificação de seus produtos;
- Identificar as dificuldades no processo de certificação.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Agricultura Familiar

De acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Antes dos anos 90, a agricultura familiar era caracterizada como agricultura de subsistência e de pequena produção, não sendo reconhecida a sua importância no desenvolvimento do país.

A partir dos trabalhos de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI et al., 2011). Dessa forma, passa a ser reconhecido pelas suas contribuições sociais e produtivas e as políticas públicas passaram a ser implantadas a seu favor.

Assim, segundo dos dados do censo agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos brasileiros são da agricultura familiar, ocupando assim uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros e são responsáveis por 21% do PIB brasileiro (BRASIL, 2017).

É imprescindível destacar que o modelo de agricultura de produção familiar é responsável pelo abastecimento 68% dos alimentos básicos ao mercado de consumo, dentre os quais a mandioca, o feijão, o milho, o arroz, o leite, a carne suína e aves produzidas no campo (CARDIM, 2017).

3.2 Produção e certificação Agroecológica e orgânica

A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, trata-se de um lugar de conhecimentos deixados por seus familiares, onde se leva saúde e vitalidade para sua família e comunidade através dos alimentos ali produzidos, vai além da produção é também considerado o

lugar onde que se trabalha e vive se repassa valores e conhecimento. Em muitos casos, foi no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação com valores simbólicos. Nestes sistemas de organização familiar, “a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família” (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994)

Para Scussel, Radunz e Busato et al. (2019) a agricultura familiar apresenta condições de aliar a produção econômica à preservação ambiental ao praticar atividades de mercado diferenciadas, como a prática de agriculturas alternativas, como exemplos a orgânica e a agroecológica.

O cultivo agroecológico apresenta-se como uma alternativa viável, a qual permite ao agricultor maior independência frente ao processo produtivo, além da possibilidade de agregar valor aos produtos cultivados na unidade familiar e comercializar a sua produção diretamente ao consumidor final (RADUNZ; RADUNZ, 2017).

As relações de proximidade entre o produtor e o consumidor, atrelada à qualidade dos produtos e a garantia de isenção de agrotóxicos possibilitam ao produtor, atribuir ao valor final um preço mais elevado do que os produtos convencionais (RADUNZ; RADUNZ, 2017).

A agricultura orgânica no Brasil foi iniciada na década de 1980, os modelos de agricultura voltados ao sistema orgânico atuantes no Brasil utilizavam-se de mecanismos voluntários para garantir ao consumidor que os produtos adquiridos eram produzidos dentro dos princípios da produção orgânica, de maneira informalizada ou na forma de contratação de serviços de avaliação da conformidade, as chamadas certificações.

No fim da década de 90 surge a primeira iniciativa para regulamentação do setor, com a criação da Instrução Normativa n.007 em 17 de maio de 1999. E no fim do ano de 2003, foi sancionada a lei 10.831 e sua complementação por meio da Instrução Normativa n.016, que estabeleceu importantes diretrizes de produção, tipificação, processamento, envasamento, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem (BRASIL, 2008). E enfim em 2007, com o decreto 6.323, veio responsabilizar as certificadoras a cadastrar os dados das

propriedades certificadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2008).

Segundo o Art. 1º da Lei 10.831 de 23/12/2003, que trata das atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária “todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, à eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e à proteção do meio ambiente” (MAPA, 2011).

De acordo com a lei supracitada, torna-se então compulsória a certificação do sistema de produção orgânico, e sendo assim o MAPA determinou que a comprovação de utilização do sistema orgânico possa ser realizada por meio de três instrumentos de avaliação da conformidade orgânica: a Certificação por terceira parte (por Auditoria), o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e o Controle Social para a venda direta sem certificação.

A certificação por auditoria é o processo em que uma terceira parte, que não possui nenhum vínculo com quem irá ser certificado, assegura, por escrito, que um produto, processo ou serviço obedece a determinados requisitos, através da emissão de um certificado (SOUZA, 2001).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) difere da certificação por terceira parte, pois a avaliação da conformidade é realizada pelos seus pares, ou seja, existe uma responsabilidade coletiva dos membros em obter este mecanismo de controle, porém vale ressaltar que o SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), legalmente constituído (ser uma entidade jurídica) e credenciado no MAPA.

Já o OCS (Organismos de Controle Social) é utilizado somente para a venda direta. Esse mecanismo de certificação não gera o selo SisOrg, porém oferece ao produtor uma declaração de que o produto que o mesmo está comercializando é orgânico.

Com uma demanda em evolução constante, a oportunidade em termos de negócios para os produtores é altamente significativa. Considerando que 90% dos produtores de orgânicos no Brasil advém da agricultura familiar, torna-se a produção orgânica um sistema produtivo relevante para permanência desse agricultor na atividade agrícola (IBGE, 2006). Sendo um negócio altamente atrativo em termos de retorno sobre o investimento, as propriedades rurais tendem a buscar a conversão ao sistema certificado de produção.

Em uma pesquisa com 60 produtores rurais no Chile, observou-se que os produtores consideram o benefício em termos de renda agrícola o fator mais importante para decidir na adesão ao sistema de certificação, embora a burocracia associada à certificação orgânica afete negativamente as expectativas dos agricultores (BRAVO, SPILLER & VILLALOBOS, 2012).

Alguns estudos como Lapple & Rensburg (2011), Naoufel (2011), Sierra et al. (2008), Burton et al. (1999) e Padel & Lampkim (1994) indicam fatores financeiros como incentivos na inserção da produção e certificação de produtos orgânicos e também fatores não-financeiros, como a adoção de práticas sustentáveis na agricultura.

No entanto, um estudo com produtores convencionais americanos relata que a incerteza da rentabilidade na agricultura orgânica e custos associados irrecuperáveis à conversão são barreiras para se converter ao sistema orgânico (KUMINOFF; WOSSINK, 2010).

No entanto, a manutenção, ou seja, a permanência da propriedade rural no sistema certificado depende de muitos fatores. Gambelli et al. (2014) tentaram apontar o risco de não conformidade em relação ao cumprimento do certificado orgânico por produtores e demonstraram que a probabilidade desse evento aumenta devido a vários fatores: crescimento da propriedade, propriedades que produzem vegetais, suínos e cereais; relacionamento longo com a agência de certificação.

Os autores não abordaram outros fatores como idade do produtor, histórico criminal e capacidade de pagamento, mas acreditam que esses fatores também podem ser significativos para análise. Os próprios autores apontam falhas em seu estudo porque não consideraram os aspectos financeiros dos produtores e as características pessoais.

Para Meira e Candiotto e Vriesman et al. (2012), os sistemas de certificação devem ser flexíveis e adaptáveis à realidade dos agricultores familiares brasileiros. As

organizações de agricultores são fundamentais para a expansão do movimento orgânico e para superar obstáculos financeiros e tecnológicos das propriedades rurais, como apoio no processo de certificação e no acesso a recursos para a produção e comercialização de produtos.

Neste sentido, o processo de certificação e sua manutenção envolvem uma série de fatores que podem levar ao abandono do sistema certificado pelo produtor. Custos para certificar e manter o certificado, dificuldades em entender e cumprir os padrões de produção orgânica para obter e manter os certificados, canal usado para a divulgação de seus produtos, são alguns dos motivos que podem levar o produtor a desistir da produção orgânica no sistema certificado.

3.3 Feiras Livres e a Relação com a Soberania e Segurança Alimentar

As feiras são os mais antigos espaços de comercialização existentes que ainda resistem no tempo. São encontradas tanto nos vilarejos e pequenos municípios, onde vemos os agricultores familiares comercializando suas próprias produções, como nos grandes centros urbanos. Segundo Cassol (2013), feiras agroecológicas valorizam a soberania alimentar e cultural; superam o caráter restrito de ponto de venda; cimentam relações de proximidade; vão além do negócio ao unir no mesmo espaço comércio e sociabilidade.

As feiras agroecológicas são importantes equipamentos de promoção da segurança e da soberania alimentar, na medida em que estimulam uma relação de troca mútua entre consumidores e produtores. Além da valorização dos camponeses, bem como de seus saberes, trata-se de relevante espaço de produção, fundamentada na igualdade e no compromisso com a preservação do meio ambiente e venda direta de produtos a um preço mais justo (GLIESSMAN, 2001; SANTOS, 2014).

As práticas agrícolas ecológicas fortalecem a soberania alimentar ao oportunizar o direito de escolha da forma de produção, possibilitando ao agricultor definir suas práticas de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando a cultura local e a biodiversidade.

3.4 Programa Agroecologia e Economia Solidária: Espaço de Empoderamento Social e Educativo – PAEPS

O programa Agroecologia e Economia Solidária: espaço de empoderamento social e educativo (PAEPS) tem entre seus objetivos a promoção do empoderamento social e educacional para o desenvolvimento da abordagem agroecológica e de economia popular solidária e artesanal nos campi da UFFS.

A Economia Popular Solidária (EPS) e Agroecologia (AE) são temas que se aproximam na razão da aceitação da sustentabilidade e da educação popular.

A experiência acontece com uma feira semanal com o intuito de promover o empoderamento social e educacional, o desenvolvimento da abordagem Agroecológica e de Economia Popular Solidária e Artesanal.

Os preços dos produtos comercializados na feira são definidos pelos produtores, que recebem capacitações para orientar no cálculo do custo de produção.

Para que a feira se concretizasse, foi realizado um encontro com os feirantes, onde foi apresentado o Projeto. Também foram realizadas reuniões de orientação sobre o processo de chamamento público, cujo objeto foi credenciar e habilitar unidades familiares e associações e/ou cooperativas de produtores agroecológicos e da economia solidária com empreendimento fundados no conceito de sustentabilidade, interessados em participar do Programa Agroecologia e Economia Solidária do Campus Chapecó (UFFS, 2019).

Os agricultores familiares que comercializam seus produtos na feira agroecológica da UFFS estão associados na Cooperativa de Produção Artesanal de Guatambu (COOPERGUATAMBU) e na Associação de Apicultores e Meliponicultores de Quilombo (AAMQ). Na categoria de comunicação participam da feira a Kombi Livraria (UFFS, 2019).

Destaca-se que o objetivo precípua da feira além de fornecer alimentos saudáveis para a população, produzidos localmente e sem o uso de agrotóxicos é apoiar a agricultura local, garantindo condições de permanência dos agricultores no campo e mostrar que é possível uma outra economia, diferente daquela movida unicamente pelo capitalismo.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

A maioria dos entrevistados são associados a cooperativa Coopergutambu, localizada no município de Guatambu-SC, que foi emancipado de Chapecó no ano de 1991, e possui uma extensão territorial de 205,58 m². A cidade contava com 4.698 habitantes no último censo demográfico (2019), situa-se a 17 km da cidade de Chapecó (GUATAMBU, 2021). Com objetivo de viabilizar a comercialização da produção dos agricultores familiares que não possuem acesso ao mercado, no ano de 2007 foi fundada a COOPERGUATAMBU, realizando contato, divulgação e comercialização dos produtos dos associados na feira agroecológica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), comercialização local e programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A pesquisa desenvolvida tem caráter exploratório, descritivo e qualitativo, isso porque, visa à compreensão ampla do objeto de estudo considerando todos os elementos envolvidos no processo.

Estudo qualitativo pode ser conduzido de diversas formas, através da pesquisa documental, do estudo de caso e da etnografia (SILVA, 2009). No desenvolvimento deste estudo, optou-se pela pesquisa documental. Buscando compreender e relatar o processo de inserção dos agricultores familiares nas feiras livres e também a persistência nessa área vinculados à feira agroecológica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no município de Chapecó, SC.

Para desenvolver o trabalho, foi delimitado como público alvo os agricultores filiados na COOPERGATAMBU que são feirantes, o nome e o contato destes produtores foram obtidos na cooperativa, 12 produtores participaram da pesquisa.

Para a coleta de dados, e em função da pandemia do Covid 19, o questionário (Anexo 1) foi disponibilizado por meio da ferramenta *Google formulários*, o link deste formulário foi enviado para os agricultores por meio do Whatsapp. Para aqueles/as que não tinham acesso a essa ferramenta, a aplicação do questionário foi feita por ligação telefônica.

As variáveis analisadas foram sexo, idade, escolaridade, estado civil, tempo na associação da COOPERGUATAMBU, associação em outras organizações, formação do grupo familiar e sobre a existência de mão-de-obra de terceiros.

Os dados obtidos, foram trabalhados a partir da tabulação e análise dos mesmos na ferramenta Excel, 2013.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil Socioeconômico dos Associados

A COOPERGUATAMBU tem em seu quadro associativo composto tanto homens quanto mulheres. Dessa forma, os questionários em sua maioria foram respondidos por homens (9), apesar de que a feira e a entrega dos produtos são realizadas principalmente pelas mulheres.

O período de associação varia desde a fundação no ano de 2007, até 6 meses de associação. A maior parte dos homens associados, ou seja, 66,66% possuem 45 anos ou mais, já entre as mulheres associadas 100% delas possuem 45 anos ou mais (*tabela 1*), sugerindo indivíduos aposentados ou próximos à aposentadoria. Vale salientar a ausência de jovens nesta associação, o que pode comprometer a continuidade da cooperativa e da feira agroecológica.

Vasques (2016) ao analisar os feirantes do Município de Chapecó-SC encontrou resultados ainda mais alarmantes onde todos os agricultores familiares que participavam da feira tinham 40 anos ou mais e a grande maioria possuía mais de 50 anos, destes mais de 60% não possuíam sucessores trabalhando na atividade desenvolvida pela família, remetendo a pensar tanto no risco da continuidade das unidades produtivas familiares como da feira-livre.

No quesito núcleo familiar, a maioria possui mais membros na casa, variando de famílias com 2 pessoas até 9 integrantes, ressaltando que em diversas famílias alguns membros trabalham fora da propriedade, sugerindo baixa disponibilidade de mão-de-obra para produção e preparo dos produtos. Considerando que a produção destes produtos é quase que estritamente familiar, o baixo número de membros das famílias envolvidas na produção de hortifrutigranjeiros pode se constituir em fator limitador da expansão dessa atividade em curto prazo e, até mesmo, levar ao desestímulo futuramente.

Tabela 1 - Faixa etária e sexo dos feirantes COOPERGUATAMBU que responderam à pesquisa.

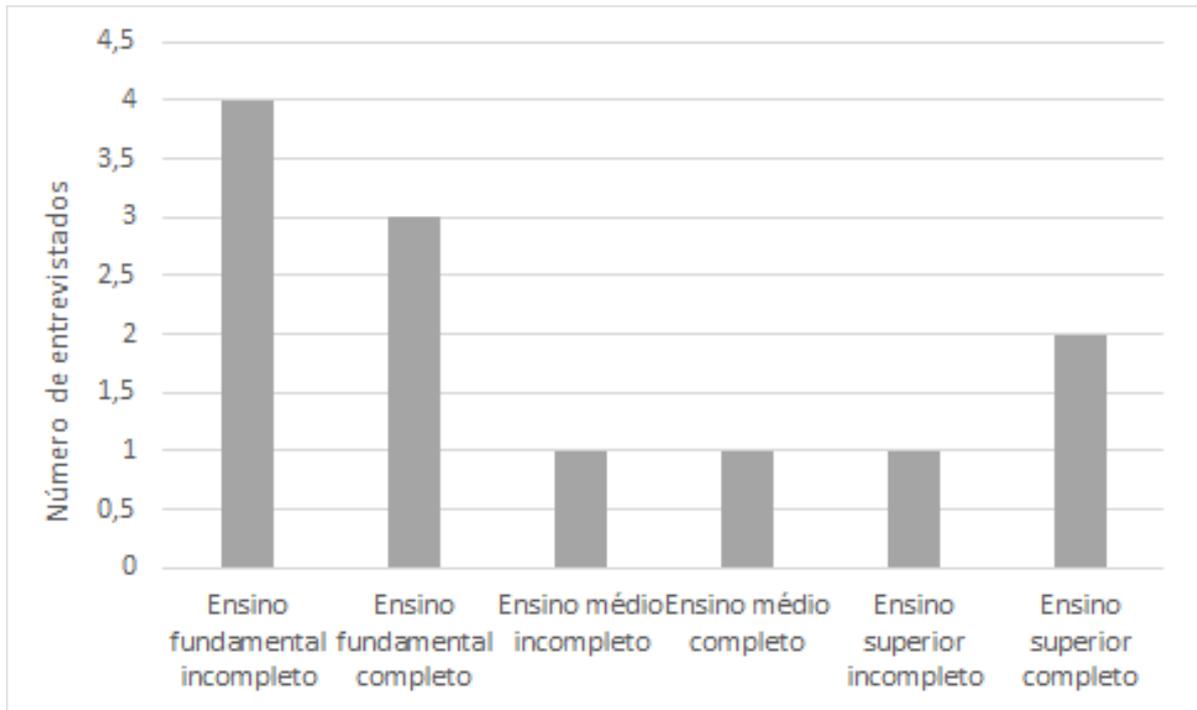
Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 24	0,00%	0,00%
25 a 34	22,22%	0,00%
35 a 44	11,11%	0,00%
45 a 54	22,22%	33,33%
55 a 64	44,44%	33,33%
Acima de 65	0,00 %	33,33%

Fonte: Autora, 2021.

Quanto ao nível de escolaridade, está representada na figura 1, entre homens e mulheres, o ensino fundamental apresenta maior representatividade, totalizando 58,33%. Evidenciando o baixo nível de qualificação profissional que esta atividade exige, o que por um lado acaba permitindo que pessoas com baixa escolaridade tenham acesso a um meio de renda; mas, por outro lado, pode retratar a dificuldade desses feirantes de se inserirem em outros setores produtivos, o que os deixava dependentes dessa atividade (PROFETA *et al.*, 2019).

Vale destacar que apenas 16,66% possuem ensino superior completo e destes todos homens, o que chama atenção por contrariar estudos sobre a educação e gênero no Brasil, os quais apontam, em geral, índices maiores de grau de alfabetização entre as mulheres (IBGE, 2010).

Figura 1- Escolaridade dos feirantes associados a COOPERGUATAMBU.



Fonte: Autora, 2021.

Dentre as áreas de terra que os agricultores possuem para produção das mercadorias para a feira e para subsistência, estas variam de tamanho entre 1 ha a 38 ha. Os associados são moradores dos municípios de Guatambu e Chapecó. A pesquisa indicou que 11 associados residem na zona rural e 1 reside na área urbana, tendo apenas atividades de apicultura em áreas rurais.

A agricultura familiar é caracterizada por áreas restritas para produção, tanto pela quantidade de terra, quanto pela geografia que muitas vezes necessita de estratégias diferenciadas para produzir e comercializar sua produção, neste sentido vendas diretas em feiras são importantes para esta população rural.

Quando perguntados sobre quem trabalha na propriedade e nas atividades da feira, 66,7% relataram que a mão de obra é de origem familiar e 33,3% apontaram que ocasionalmente usam diaristas.

5.2 Comercialização dos Produtos

Referente aos produtos comercializados (anexos I a V), a maioria é produzido exclusivamente na unidade de produção familiar e muitas vezes para o consumo da

própria família, não com o intuito de serem vendidos, porém quando há excedente acabam por comercializar na feira da UFFS e também no espaço de venda fixa na cidade de Guatambu.

Os produtos comercializados são os mais variados, sendo eles: verduras, frutas, mandioca, batata-doce, amendoim, cereais, panificados, geleias, queijos, mel, melado, caldo-de-cana, “*enfim, tudo que é produzido na propriedade*”, respeitando a sazonalidade dos produtos. Apenas 33,3% dos entrevistados comercializam alimentos minimamente processados ou processados, os demais não realizam nenhum tipo de processamento para comercialização.

Todos os agricultores possuem uma pluriatividade de produção com outras fontes de renda além da feira livre ou dos produtos que entregam para a COOPERGUATAMBU, como aposentadoria, gado de leite, avicultura, grãos e até mesmo carteira assinada de algum dos integrantes do grupo familiar. Contudo, afirmam que a renda proveniente da comercialização dos produtos para a feira é importante e proporciona certa autonomia socioeconômica dessas famílias através da inserção nesta cadeia curta de comercialização.

Os agricultores familiares enfrentam diversas mudanças atualmente, fazendo que diversas práticas e cultivos sejam abandonadas, os principais cultivos abandonados foram de milho, trigo, fumo, tomate e alface. Os relatos apontam que os principais motivos que levaram a desistência de cultivo são a falta de mão de obra, as perdas com avarias climáticas, pragas e doenças que desestimularam os produtores e a desestruturação de programas do governo destinados a agricultura familiar, como o programa de aquisição de alimentos (PAA).

Contudo a produção para a subsistência familiar continua sendo uma prática recorrente que permite a diversificação da produção e segurança alimentar e nutricional da família (GRISA, GAZZOLA e SCHNEIDER. 2010), e quando há excedentes, estes podem ser comercializados, vindo a complementar a renda da família.

No entanto, relataram um sentimento de orgulho e comprometimento, por estarem produzindo alimentos orgânicos e/ou diferenciados, que em sua maioria não utilizam agroquímicos oferecendo dessa forma aos seus clientes produtos mais saudáveis, fator de grande importância aos seus consumidores. Vale considerar também que no caso da comercialização ser o excedente, o plantio é realizado para

o autoconsumo, portanto o compromisso que os agricultores têm com sua própria alimentação, tem também com seus fregueses.

Os agricultores associados relatam que a venda dos produtos para a feira agroecológica da UFFS campus Chapecó é importante e impacta diretamente na renda familiar, indo de “*um extra*”, complementando a renda, até muito significativa, representando a fonte de renda mais rentável.

O deslocamento para entrega dos produtos na Cooperativa ou na feira acontece em sua maioria com veículos próprios. A grande maioria dos agricultores relataram que entregam os produtos conforme a demanda da cooperativa ou então quando vão para a cooperativa, aproveitam para entregar os produtos, pois a produção é em pequena escala, não compensando financeiramente realizar deslocamento apenas para entrega dos produtos.

A exceção dos agricultores que participam da feira livre em Chapecó, que está acontecendo de forma virtual devido a pandemia, estes organizam suas atividades para os dias de feira. Em todos os casos foi declarado que esta é a melhor forma de entrega e/ou feira, pois se encaixa com a disponibilidade dos mesmos, permite economia de combustível e organização dos agricultores. Vale ressaltar que para incrementar a comercialização, foi aberto mais um ponto de feira no município de Guatambu.

Quando perguntados sobre o dia ideal para realização da feira obteve-se resposta de indiferença entre os dias da semana, com exceção do domingo, pois as atividades são programadas a partir do dia da feira.

5.3 Certificação dos Produtos

Quanto a certificação 27,3% dos agricultores apontaram que possuem certificação de produtos orgânicos e/ou rastreabilidade, 18,2% relataram que possuem certificação apenas de alguns produtos comercializados e os demais (81,8%), apesar de não possuírem certificados, demonstraram interesse em obtê-lo, inclusive alguns já estão iniciando o processo de certificação e 33,3% relataram já estar incluídos em grupos de produtores orgânicos, sendo eles o Grupo Agroecológico Cuidar da Terra e Herança viva.

Ao relatarem a experiência com o processo de certificação, foi relatado que se realizou a desintoxicação da terra, que é o processo mais complicado e demorado,

deixando-se de fazer uso de agrotóxicos, passando a utilizar técnicas diferenciadas e produtos naturais. As principais dificuldades citadas são quanto às dificuldades de manejo de pragas e doenças, a burocracia para obter os certificados, falta de apoio de políticas públicas e custo da certificação.

Dulley et al. (2003), em sua pesquisa também identificaram que a certificação não é acessível a muitos agricultores familiares devido ao custo relacionado à obtenção do selo e as dificuldades técnicas e culturais que esses agricultores enfrentam para atenderem os requisitos técnicos da legislação. Esse custo é maior em processos de certificação por auditoria e menor através de sistemas participativos de garantia (SPGs). O conjunto de normativas e regulamentos podem ser de difícil compreensão pelos agricultores de base familiar (MEDAETS; FONSECA, 2005), o mesmo foi relatado pelos produtores entrevistados que afirmaram dificuldade encaminhar a certificação por conta própria.

Com relação às questões burocráticas da certificação, este processo foi encaminhado e auxiliado pela COOPERGUATAMBU, demonstrando a importância das cooperativas de agricultores familiares.

As cooperativas além de benefícios econômicos, fortalecem as relações sociais entre os cooperados, se configurando como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e dos agricultores, tendo como principal finalidade melhorar as condições de vida de seus associados, com resultados econômicos, sociais e culturais (PRANKE, 2016).

Oelofse et al. (2010), apontam que a agricultura orgânica e agroecológica requer apoio externo para aspectos de produção, certificação e comercialização, sendo a organização entre agricultores fundamental para alcançar esse tipo de apoio. Meira e Candioto (2011), também destacam que a organização de agricultores (associação ou cooperativa) é fundamental para a expansão do movimento orgânico e necessária para vencer obstáculos tanto financeiros quanto tecnológicos das propriedades, podendo ainda facilitar o acesso a recursos para a produção e comercialização dos produtos.

A grande maioria dos associados a COOPERGUATAMBU, são associados também a outras cooperativas e associações de fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, boa parte deles relatou que participa ou participou dos programas de governo de incentivo à agricultura familiar, dentre as mais citadas o PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Isto demonstra a importância das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que podem promover desenvolvimento rural, inclusão econômica e maior segurança nutricional e qualidade de vida para os agricultores familiares (ALMEIDA e CAMPOS, 2017).

Ademais, as feiras promovem a interação entre o rural e o urbano, formando relação muito próxima entre consumidores e produtores, construindo relações de confiança, e proporcionando aos consumidores alimentação mais saudável e para os produtores escoamento da produção e incremento da renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Conclui-se que a atividade na feira possui característica familiar, os produtores majoritariamente possuem baixa escolaridade e faixa etária variada, percebendo-se a presença de poucos jovens feirantes associados a COOPERGUATAMBU, o que pode comprometer a continuidade da feira.

Os produtos comercializados são variados, sendo eles: verduras, frutas, mandioca, batata-doce, amendoim, cereais, panificados, geleias, queijos, mel, melado e caldo-de-cana. Das produções abandonadas com potencial de voltar a produção para comercialização na feira destacam-se tomate e alface.

Apesar de nem sempre ser a fonte de renda principal, a atividade de comercialização de curto circuito corresponde a um adicional importante a renda destas famílias, além de proporcionar alimentos de qualidade aos consumidores, o que é motivo de orgulho para os feirantes.

Os principais desafios encontrados para a certificação estão relacionados à burocracia e custo para obtenção dos certificados, dificuldade de manejo de pragas e doenças nas lavouras e falta de apoio de empresas e políticas públicas. Portanto percebe-se a importância de associações e cooperativas de agricultores pela capacidade de fortalecimento dos mesmos, fornecendo apoio organizacional tanto de produção, certificação e comercialização.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T.C. de.; CAMPOS, M.M. Políticas Públicas De Fomento À Agricultura Familiar: uma análise das iniciativas vigentes no município de campos dos goytacazes - rj. In: **Encontro Nacional De Ensino E Pesquisa Do Campo De Públicas**, 1., 2017, Brasília. ENEPCP, 2017. p. 401-421. Disponível em: http://anepcp.org.br/redactor_data/20180621134821_20_Politicass_publicas_de_fomento_Thiago_Almeida.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BARBOSA, L.C.B.G.; LAGES, A.M.G. **Crença e Certificação de Produtos Orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. Brasília: Anppas, 2006. p. 1-16.
- BRASIL. Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 3 mar. 2014.
- BRASIL, **Decreto lei N.6.323**, de 27 de dezembro de 2007.
- CALCULAR correção monetária IPC do IGP (FGV). [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/ipc-do-igp-fgv.php>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Aproximando Conceitos com a Noção de Sustentabilidade**. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org). *Sustentabilidade: Uma Paixão em Movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 46-61.
- CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79442/000900224.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 set. 2021.
- CÉSAR, A.da. S.; BATALHA, M.O.; PIMENTA, M.L. **A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos organizações rurais & agroindustriais**, vol. 10, núm. 3, septiembrediciembre, 2008, pp. 376-386 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87812765005.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

DULLEY, R.D.; SILVA, V.; ANDRADE, J.P.S **Estrutura produtiva e adequação ao sistema de produção orgânico**. Informações Econômicas, São Paulo, vol. 33, n. 11, 2003.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Ed. Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GODOY, W.I.; ANJOS, F.S. O PERFIL DOS FEIRANTES ECOLÓGICOS DE PELOTAS-RS. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, may 2007. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/2211>>. Acesso em: 11 set. 2021.

GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F. **As feiras livres de Pelotas, RS: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização**. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, Porto Alegre. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. Agroalimentaria, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010.

GUANZIROLI, C.E.; CARDIM, S.E.C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUATAMBU. 2021. Disponível em: <https://www.guatambu.sc.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação superior: Estatísticas de gênero. Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,48,128&ind=4699>. Acesso em 21 set. 2021.

MAPA- Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>. Acesso em: 23 set.2021.

MEDAETS, J.P.; FONSECA, M.F.A. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: PCT/MDA/IICA, 2005.

MEIRA, S.G.; CANDIOTTO, L.Z.P. **A organização de produtores nos municípios de Francisco Beltrão e de Verê – PR para a comercialização de alimentos orgânicos.** Revista de Geografia (UFPE), vol. 28, n. 1, 2011.

OELOFSE, M. *et al.* **Certified organic agriculture in China and Brazil: Market accessibility and outcomes following adoption.** Elsevier. Ecological Economics, vol. 69, n. 9, 2010.

PEREIRA, V.G.; BRITO, T.P.; PEREIRA, S.B. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (Mg).** Revista Ciências Humanas - Unitau, Taubaté, v. 10, n. 20, p. 67-78, 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383/239>. Acesso em: 02 set. 2021.

PRANKE, L.V. **Mercados, organizações sociais e agricultura familiar: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-Rs.** 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas – Ufpel, Pelotas, 2016. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/5544/1/LUCIANA%20VENZKE%20PRANKE_Dissertacao.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

PROFETA, G.A. *et al.* **Perfil socioeconômico de feirantes do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes.** Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 73-88, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/52521/34201>. Acesso em: 21 set. 2021.

PSIDONIK, J.V. **Luta por moradia em Erechim/RS: a ação do movimento popular urbano.** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3341/1/PSIDONIK.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RADÜNZ, A.L.; RADUNZ, A.F.O. **Feira agroecológica da ARPASUL, Pelotas, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso.** Revista Espaço Acadêmico, [s. l.], n. 192, p. 17-25, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/33349-Texto%20do%20artigo-164683-2-10-20170504.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

RIBEIRO, E. M. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, E. M. *et al.* **Trabalho familiar e mercado local no Alto Jequitinhonha. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural,** 2003, Juiz de Fora. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 467-485. SACCO DOS ANJOS, F. *et al.* **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da**

Globalização: Perspectivas e Tendências. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1. 197 pg. 2005.

SAGAN, C. **Pálido ponto azul**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014. XAVIER, Glauber Lopes. Capital, trabalho e poder: a violência velada dos canaviais. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina -Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina -Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?. Londrina: GEPAL -Grupo de Estudos de Políticada América Latina, 2008. p. 112.

SILVA, W. F. *et al.* **Diagnóstico da produção de hortaliças na região metropolitana de Belo Horizonte**. Horticultura Brasileira, v.33, p. 355-359, 2015.

SIMIONI, L. **Biblioteca reabre para atendimentos depois do inventário anual**. 2017. Disponível em:
<https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/imagens/biblioteca-reabre-para-atendimentos-depois-do-inventario-anual-foto-lilian-simioni-arquivo-uffs/@@images/image>. Acesso em: 13 set. 2021.

SCUSSEL, P.; RADUNZ, A.F.O.; BUSATO, M.A. **Percepção de agricultores familiares sobre suas condições de saúde e do ambiente**. Rduno, [s. l], v. 2, p. 192-204, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/5186-Texto%20do%20Artigo-20218-1-10_20200525.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

VASQUES, S.T. **Dinâmicas sócioeconômicas na prática dos feirantes agricultores familiares de Chapecó - Sc**. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016. Disponível em:
http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1746/1/PB_PPGDR_M_Vasques%2c%20Samuel%20Tafernaberi_2016.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

ANEXO

ANEXO I - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ



Foto: Ana Haupenthal.

ANEXO II - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ



Foto: Ana Hauptenthal.

ANEXO III - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ



Foto: Ana Hauptenthal.

ANEXO IV - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA E NO ESPAÇO DA COOPERATIVA EM GUATAMBÚ



Foto: Ana Hauptenthal.

ANEXO V - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA



Foto: Ana Hauptenthal.

**ANEXO IV - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FEIRANTES
ASSOCIADOS A COOPERGUATAMBU**

**PERFIL DOS AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DA FEIRA AGROECOLOGICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

*Obrigatório

1.Nome *

2. Sexo *

Homem

Mulher

3. Idade *

4. Escolaridade *

Ensino fundamental
completo

Ensino fundamental
incompleto

Ensino médio
completo

Ensino médio
incompleto

Ensino Superior
completo

Ensino superior
incompleto

5. Estado Civil *

Solteiro(a)

Casado(a)

Separado(a)/ Desquitado (a)/
Divorciado(a)

Viúvo(a)

Outro:

6. Há quanto tempo é associado da COOPERGUATAMBU? *

7. É associado em outras organizações (sindicato por exemplo)? *

Sim

Não

8. É associado em outras organizações (sindicato por exemplo)? Se a resposta anterior foi sim, qual?

9. Quantas pessoas pertencem ao grupo familiar incluindo você? *

10. Existe o emprego de mão-de-obra de terceiros na propriedade? *

Sim

Não

Sobre o uso da área de terra e comercialização

11. Localização da propriedade (Cidade, e linha que pertence). *

12. Área total da propriedade (Quantos hectares aproximadamente). *

13. Fontes de renda da família (Citar todas as fontes de renda da família). *

14. Quais são os produtos que já cultivou e não cultiva mais? Por quê?

15. Comercializam algum alimento processado ou minimamente processado?

Sim

() Não

16. Comercializam algum alimento processado ou minimamente processado? (Se A Resposta Anterior Foi Sim, quais os produtos?) *

17. Possui certificação?

() SIM

() NÃO

() Outro: _____

18. Em relação ao processo de certificação, quanto tempo levou para conseguir o certificado? RESPONDA CASO TENHA CERTIFICAÇÃO

19. Pode descrever de forma resumida como ocorreu este processo? RESPONDA CASO TENHA CERTIFICAÇÃO

20. Quais são as dificuldades enfrentadas no processo de certificação? *

21. Participam de programas do governo destinados a agricultura familiar? *

() Sim

() Não

22. Participam de programas do governo destinados à agricultura familiar? Se a resposta anterior foi sim, quais?

23. Estão inseridos em grupos de produtores orgânicos? *

() Sim

() Não

24. Estão inseridos em grupos de produtores orgânicos? * Se A Resposta Anterior Foi Sim, quais?

25. Quais são os produtos vendidos na feira? *

26. Qual é a importância da feira na renda familiar? *

27. Quanto tempo está participando da feira? *

28. Na feira presencial, e/ou entrega dos produtos, como acontece o deslocamento? *

29. Quais os dias da semana que participam da feira? * Se Necessário Marque Mais Que 1

Opção

- Segunda-feira
- Terça-feira
- Quarta-feira
- Quinta-feira
- Sexta-feira
- Sábado
- Domingo
- Entrega conforme demanda da cooperativa

30. Esses dias são os ideais? *

- Sim
- Não

31. Se sim ou não, o porquê? *

32. Qual dia seria mais adequado à família? *Se Necessário Marque Mais Que 1 Opção

- Segunda-feira
- Terça-feira
- Quarta-feira
- Quinta-feira
- Sexta-feira
- Sábado
- Domingo